



**PROCEDIMENTO CONCURSAL DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA O
PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU
– CHEFE DA DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO –**

ATA N.º 2

Aos dezanove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, no edifício do Centro de Congressos, reuniu o Júri designado para o procedimento supracitado, constituído pelo seu Presidente, **José Agostinho Ribau Esteves**, Presidente da Câmara e pelos vogais efetivos **João Carlos Nunes Vaz Portugal** e **António José Flor Agostinho**, ambos com experiência comprovada em funções de coordenação e de direção.-----

A presente reunião teve como objetivo proceder à verificação dos requisitos de admissão dos candidatos, de acordo com o estabelecido pelos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na versão atual, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente (EPD), aplicável à Administração Local por força do n.º 1 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e previstos na Oferta de Emprego n.º OE202208/0840, publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP).---

I. Aberta a sessão, o Júri procedeu à apreciação das **9 candidaturas apresentadas**, tendo deliberado, por unanimidade:-----

a) Admitir ao procedimento concursal:-----

1. Cristina Maria Ribeiro Gonçalves Margaride;
2. Diogo José Teixeira Dias;
3. Miguel Vasco da Graça Ribeiro;
4. Ovídio Manuel de Brito Sousa Vieira;
5. Sónia Maria Carraça Ferreira Pinto;
6. Sara Dias dos Santos;
7. Sónia Marisa Marques de Almeida.

b) Excluir ao procedimento concursal:-----

1. Hugo Filipe Rodrigues Paquete, considerando que não fez prova de que reúne os requisitos legais de recrutamento exigidos pelo n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na versão atual e estabelecidos na oferta de emprego n.º OE202208/0840 da BEP, através da submissão da declaração atualizada e autenticada, emitida pelo serviço ou organismo a que o candidato se encontra vinculado, da qual constem a natureza da relação jurídica de emprego público que possui e a antiguidade na carreira/categoria exigida na formalização da candidatura.-----

2. Sandra Susana Loureiro de Magalhães Senra, considerando que não reúne os requisitos legais de recrutamento exigidos pelo n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na versão atual e estabelecidos na oferta de emprego n.º OE202208/0840 da BEP, designadamente, não ser trabalhadora em funções públicas contratada ou designada por tempo indeterminado.-----

II. Mais deliberou o Júri, por unanimidade, notificar os candidatos referidos na alínea b) dessa situação.-----

III. Deliberou finalmente o júri convocar os candidatos admitidos para a realização do método de seleção "Entrevista Pública", com indicação do local, data e horário em que a mesma terá lugar e dar início aos procedimentos relativos à Avaliação Curricular.-----

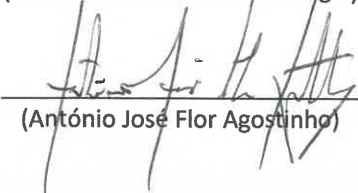
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.-----



(José Agostinho Ribau Esteves)



(João Carlos Nunes Vaz Portugal)



(António José Flor Agostinho)